

Nota Informativa

Edição 134/2023

DESTAQUES

Câmara aprova projeto que prorroga desoneração da folha de pagamentos

Comissão do Senado vai convocar audiência pública para debater definição de IA na LGPD

Especialistas alertam para riscos na regulamentação do mercado digital

Lula sanciona, com vetos, novo marco fiscal

BNDES, Finep e MCTI lançam maior programa de inovação do país com apoio de R\$ 60 bi e novas taxas

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Silvio Meira: Entendimento do Brasil sobre Inteligência Artificial é raso e Lei será um erro grave

Banda larga fixa 5G trava no Brasil por alto custo das CPEs e dos impostos

Evolução do 5G: das expectativas iniciais à realidade desafiadora

QMC investe mais de R\$ 100 milhões em primeira onda de 5G indoor

Com 5G privativo, metaverso da indústria brasileira é lançado na ABDI

REFORMA ADMINISTRATIVA

Reforma administrativa será preço cobrado de Haddad para Lira votar pacote tributário

REFORMA TRIBUTÁRIA

CAE: debatedores apoiam reforma tributária, mas pedem mudanças

Senado reúne governadores e vice-governadores para debater as novas regras

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alckmin defende reforma ministerial e diz ser a favor de maior presença de PP e Republicanos no governo

Aras indica novo vice-procurador da República

Padovani é eleito presidente da Comissão de Integração Nacional

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Alckmin anuncia programa de R\$ 66 bilhões de investimentos em inovação

Plano Plurianual chega ao Congresso e deve ser votado até o fim do ano

Senado aprova voto de desempate em favor do governo nos processos do Carf

Governo Central registra déficit primário de R\$ 35,93 bilhões em julho

Municípios querem antecipar pagamento de compensação do ICMS

JUDICIÁRIO

Toffoli pede vista e julgamento sobre tributação de incentivo fiscal a exportações é suspenso

MEIO AMBIENTE

Com regras, Brasil pode ser protagonista em créditos de carbono

ORÇAMENTO

Governo confirma envio de proposta de Orçamento com salário mínimo de R\$ 1.421

Ministra do Planejamento pede ao Congresso que aprove despesas condicionadas no Orçamento de 2024

Simone Tebet diz que será mantida meta de déficit zero no Orçamento de 2024

POLÍTICA

Governo Lula escanteia PDT e PSB ao negociar reforma ministerial com Centrão, diz André Figueiredo

Lula: desoneração tira receita dos municípios e precisa levar em conta governo e trabalhadores

Indefinição sobre reforma ministerial deve afetar agenda de Haddad no Congresso, dizem analistas

Arcabouço fiscal passa a valer

Lula avalia criação do 39º ministério para acomodar o Centrão sem fazer demissões

Senado aprova mudança de regras do Carf em favor do governo. Texto vai à sanção

Minirreforma eleitoral será apresentada dia 6 de setembro na Câmara

MCom cria grupo de trabalho para implementação da Rede Móvel Privativa da Administração Pública

RELAÇÕES EXTERIORES

Tarcísio recebe Boris Johnson e discute parcerias entre Brasil e Reino Unido

Brasil e Paraguai discutem cooperação científica em tecnologias digitais

Brasil e Japão discutem ampliação de comércio e investimentos bilaterais

DESTAQUES

Câmara aprova projeto que prorroga desoneração da folha de pagamentos

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 21h03min

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, dia 30, o Projeto de Lei 334/23, do Senado, que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia até 31 de dezembro de 2027. A medida, que visa reduzir os encargos trabalhistas e estimular a contratação de pessoas, substitui a contribuição previdenciária patronal por alíquotas que variam de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. O texto aprovado pela relatora, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), retorna ao Senado devido às mudanças feitas. Segundo o Ministério da Fazenda, a desoneração representa uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 9,4 bilhões para o setor privado. Além disso, o projeto também trata da diminuição da contribuição previdenciária de todos os municípios, que valerá até 2027 e terá uma variação de 8% a 18% de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB) de cada cidade. A proposta tramitou apensada a outro projeto, que acabou rejeitado em favor do substitutivo do Senado. O texto ainda foi alvo de críticas e debates no Plenário, com argumentos favoráveis e contrários à desoneração. Os setores beneficiados pela medida incluem calçados, construção civil, tecnologia da informação, transporte rodoviário e outros. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão do Senado vai convocar audiência pública para debater definição de IA na LGPD

Poder Legislativo | 31/08/2023

Em sessão deliberativa na quarta-feira, 30, a Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) do Senado decidiu convocar uma audiência pública para ampliar o debate em torno do Projeto de Lei (PL) 4.496/2019, o qual busca definir a expressão “decisão automatizada” e prevê incluir no escopo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ações tomadas com base em Inteligência Artificial (IA). Ao retirar a proposta da pauta de votação, o presidente do colegiado e relator do texto, Eduardo Gomes (PL/TO), informou que foi “procurado por vários setores solicitando um maior debate sobre o tema”. Entre as entidades que pediram para entrar na discussão estão a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom) e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que, inclusive, já se candidatou a ser o órgão responsável por fiscalizar a aplicação de uma futura legislação de IA do País. Aprovada como uma medida extrapauta, a audiência pública “será marcada oportunamente”, informou o presidente da CCDD. Fonte: ABAP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Especialistas alertam para riscos na regulamentação do mercado digital

Poder Legislativo | 31/08/2023 – 15h29min

Especialistas reunidos pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados alertaram na quinta-feira (31) para possíveis impactos adversos da proposta de regulamentação dos mercados digitais em análise na Casa. Eles defenderam que dada a pluralidade desse setor, é preciso ter clareza sobre o problema a ser atacado. O debate, o último de uma série de quatro, foi proposto pela deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do [Projeto de Lei 2768/22](#). O texto trata da atuação das plataformas digitais, grupos responsáveis por redes sociais, compartilhamento de vídeos, e-mail, buscadores da internet, computação em nuvem e outros serviços. “Essa sequência de audiências públicas foi extremamente importante”, analisou Any Ortiz. Ela pretende agora realizar um seminário sobre o tema. “Acredito que a legislação precisa ser aprimorada, mas enxergando não só o ponto de vista de quem empreende, mas também de quem consome dentro do mercado digital.” Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula sanciona, com vetos, novo marco fiscal

Poder Executivo | 31/08/2023 – 04h09min

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou uma medida que substitui o atual sistema de teto máximo de gastos do governo. Aprovado pelo Congresso, o marco fiscal substitui a regra do teto de gastos implementada em 2016 por Michel Temer, estabelecendo que os gastos do governo não poderão aumentar mais do que a inflação anual. No entanto, a Câmara retirou um trecho do texto que permitiria gastos adicionais ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Lula vetou dois trechos da medida, alegando que eles vão contra o interesse público e reduziriam a eficiência econômica. O marco fiscal estabelece que os gastos crescerão sempre acima da inflação, com um mínimo de 0,6% e um máximo de 2,5%. Essa nova regra flexibiliza o uso dos recursos públicos, permitindo que um superavit acima do previsto seja utilizado em investimentos. Além disso, as despesas discricionárias serão pelo menos 75% do que estiver fixado no Orçamento, excluindo salários e outras despesas fixas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BNDES, Finep e MCTI lançam maior programa de inovação do país com apoio de R\$ 60 bi e novas taxas

Poder Executivo | 31/08/2023

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), vão mobilizar R\$ 60 bilhões até 2026 no maior programa de apoio à inovação do país. A ação conjunta está em linha com a Nova Política Industrial brasileira, aprovada em julho pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). A iniciativa prevê o apoio a empresas de todos os portes e institutos de ciência e tecnologia (ICTs), por meio de crédito com taxas de juros a partir de Taxa Referencial (TR) + 2% e recursos não reembolsáveis. O anúncio do programa ocorreu na quinta-feira, 31, durante o Seminário de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista. Participaram os diretores do BNDES Nelson Barbosa (Planejamento e Estruturação de Projetos) e José Luis Gordon (Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior); os presidentes da Finep, Celso Pansera, e da Fiesp, Josué Gomes da Silva; o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos. Fonte: ASCOM BDNES

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**Silvio Meira: Entendimento do Brasil sobre Inteligência Artificial é raso e Lei será um erro grave**

Mercado | 31/08/2023

O Brasil cometerá um erro grave ao legislar sobre uma classe de problemas que não entende, como é o caso da Inteligência Artificial, adverte o cientista-chefe da TDS Company e um dos fundadores do Porto Digital, Silvio Meira. "Vamos criar mais problemas ao legislar sobre o que não entendemos. Não vamos resolver nada ao criar uma série de não pode antes de saber o que pode", argumenta. Meira, que deu entrevista exclusiva ao Convergência Digital, durante o SECOP 2023, organizado pela ABEP TIC, em Brasília, lembra que o país levou 20 anos para criar uma Lei para proteger os dados das pessoas e ainda patina na sua adoção. "Sim, precisamos proteger as pessoas dos algoritmos. Mas digo que o entendimento do que é um algoritmo é muito raso aqui no país. Quase ninguém entende disso. E vamos legislar assim mesmo?", indaga. Ao ser indagado se o Brasil erra ao criar uma Lei para Inteligência Artificial, Silvio Meira foi taxativo: se a regulamentação for prescritiva e não de princípios gerais e amplos, será, sim, um erro grave. O cientista desabafa. "O Brasil não tem política, não tem estratégica, não tem inovação, não tem empreendedorismo pensado para Inteligência Artificial. Vamos ter uma regulamentação para algo que o país não faz e não tem sequer uma articulação". Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Banda larga fixa 5G trava no Brasil por alto custo das CPEs e dos impostos**

Mercado | 31/08/2023

A oferta de redes de acesso sem fio fixo (FWA, na sigla em inglês) se expande na medida em que a cobertura 5G avança. Mas há desafios para uma maior adoção, sendo a concorrência com fibra ótica, a escassez ou alto custo dos equipamentos e a incidência de impostos, especialmente, o Fistel. O FWA é considerado fixo porque a antena receptora do sinal é instalada em um local específico, normalmente no telhado ou na parede da residência ou companhia que contrata o serviço. A consultoria Bain & Company prevê uma expansão no segmento de FWA até 2027 a partir das inovações proporcionadas pelo 5G, alcançando o potencial para gerar uma receita de R\$ 1,7 bilhão em 2027, no cenário mais adverso traçado pela consultoria, e R\$ 6,2 bilhões, na projeção mais otimista. Alberto Silva, sócio especialista da Bain na prática de Telecomunicações, indica que o FWA deve experimentar nos próximos anos um crescimento mais significativo em termos de adoção e implantação. Para ele, "o 5G oferece velocidade e capacidade muito maiores na comparação com o 4G, o que possibilita uma experiência de internet mais rápida e confiável no FWA, que será impulsionado por melhorias no alcance e eficiência próprias do 5G". Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Evolução do 5G: das expectativas iniciais à realidade desafiadora**

Mercado | 30/08/2023 – 23h13min

O avanço do 5G no Brasil é real. O alcance já é maior, inclusive, atualmente, do que o proposto pelas metas estabelecidas para 2023 no leilão do 5G. E o uso da tecnologia deve continuar a se expandir pelo país. Mas ainda há um longo caminho pela frente. As projeções indicam que, até o final de 2023, existirão mais de 1,5 bilhões de celulares no mundo, com mais de 20 milhões no Brasil. A projeção é de que, em 2026, já se tenha uma base de smartphones 5G maior do que a de 4G, informou Eduardo Tude, diretor da consultoria Teleco, que participou na quarta, 30, do 5G Brasil Summit 2023. No entanto, ainda há desafios. A cobertura hoje ainda não atingiu todo seu potencial, já que os consumidores contam com um

5G de boa qualidade, mas pontual. Se adicionado o critério de estabilidade do sinal, em caso de deslocamento, exemplo citado por Tude, percebe-se a necessidade de melhorias na cobertura. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

QMC investe mais de R\$ 100 milhões em primeira onda de 5G indoor

Poder Executivo | 30/08/2023 – 18h43min

A operadora de infraestrutura QMC Telecom está mobilizando mais de R\$ 100 milhões em investimentos em uma primeira onda de projetos para cobertura 5G indoor (em ambientes fechados) no Brasil, na medida em que a experiência com o serviço de quinta geração vira motivo de atenção entre as teles brasileiras. Em entrevista ao TELETIME, o presidente da QMC no Brasil, Murilo Almeida, comentou o que considera ser um rápido avanço nos investimentos em sistemas de antenas distribuídas (DAS) para 5G nos ambientes fechados. A empresa reporta atuação em mais de 60 projetos em desenvolvimento ao lado de operadoras móveis, com destaque para Claro e Vivo. Implementações no Aeroporto de Confins (BH Airport), no Hospital Vila Nova Star (SP), Hotel Bourbon Curitiba (PR) e Shopping RioSul (RJ) fazem parte da lista, bem como projetos em edifícios e complexos corporativos. "Essa primeira frente de projetos indoor vai consumir mais de R\$ 100 milhões, fora os projetos de torres, especiais e de SLS [street level solutions] que temos", apontou Almeida. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Com 5G privativo, metaverso da indústria brasileira é lançado na ABDI

Mercado | 30/08/2023 – 17h35min

O conceito de metaverso (que combina realidade real e virtual) será aplicado ao setor industrial brasileiro, com apoio da tecnologia 5G. Ao menos é o que espera a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a SPI Integração de Sistemas. As instituições lançaram em Brasília, na quarta-feira, 30, o projeto MetalIndústria. A iniciativa pretende formar dois centros e quatro laboratórios de soluções de tecnologia para atender cem indústrias do País até 2025. Na parte de telecomunicações, a Nokia entra no MetalIndústria como hub para conectar as soluções do projeto, a partir do uso de portfólio para redes privativas 5G da empresa. "A gente aqui está consolidando as experiências, para mostrar que isso, o metaverso na indústria do Brasil, é viável", disse ao TELETIME Vanessa Vieira, diretora de desenvolvimento de negócios da Nokia. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA ADMINISTRATIVA

Reforma administrativa será preço cobrado de Haddad para Lira votar pacote tributário

Poder Executivo | 31/08/2023 – 09h31min

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chega a acordo com a cúpula da Câmara dos Deputados para envio de projetos de medidas tributárias que afetarão os super-ricos. A resistência inicial foi amenizada com ajustes negociados anteriormente. Em troca, o presidente da Casa, Arthur Lira, exige a aprovação da reforma administrativa. Ele foi convencido da importância dessa medida para controlar as despesas. Lira também entendeu a necessidade de apoiar as medidas de aumento de arrecadação para evitar prejuízos no corte de juros. O clima de resistência às propostas de Haddad começa a se dissipar e é observado com atenção pelo mercado. Negociações ainda serão realizadas durante a tramitação das propostas, visando o déficit das contas públicas no projeto de Orçamento de 2024. É evidente que o governo precisará se movimentar para entregar a reforma administrativa. Lira mencionou o

projeto enviado pelo governo Bolsonaro e expressou interesse em uma nova PEC. Para facilitar a tramitação da tributação dos super-ricos, o governo terá que apoiar a reforma administrativa. O time da ministra de gestão, Esther Dweck, está propondo uma reforma administrativa do governo do PT, diferente da PEC já existente na Câmara, enviada por Paulo Guedes. Agora, talvez seja necessário tirá-la da gaveta para que Haddad consiga as medidas necessárias para equilibrar as contas públicas no próximo ano. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

CAE: debatedores apoiam reforma tributária, mas pedem mudanças

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 20h27min

Especialistas e representantes do setor de serviços criticaram a proposta de emenda à Constituição da reforma tributária (PEC 45/2019) durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Eles concordam que a modernização do sistema de tributos é necessária, mas destacam que o texto da PEC pode aumentar alíquotas, centralizar o poder arrecadador na União e excluir incentivos a setores importantes, como o de serviços. O deputado federal Luiz Carlos Hauly defendeu a adoção do imposto sobre valor agregado (IVA) como saída para o país. Ressaltando que o modelo predominante no mundo é voltado para a renda e o patrimônio, ao contrário do sistema brasileiro que penaliza o consumo. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado reúne governadores e vice-governadores para debater as novas regras

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 18h57min

O Senado Federal realizou, na terça-feira (29/8), sessão temática para debater a Reforma Tributária, com a participação de 18 governadores e vice-governadores, do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, Eduardo Braga (MDB-AM). O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, representou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na sessão, proposta pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO). Appy, que se concentrou nas questões federativas da reforma, abriu sua participação abordando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). “O Fundo é um instrumento mais eficiente do que os benefícios fiscais para fazer política de desenvolvimento”, afirmou o secretário, falando da tribuna do plenário do Senado. Segundo ele, essa maior eficiência decorre, sobretudo, do fato de que, na atualidade, todos os estados concedem benefícios fiscais e, portanto, o diferencial a favor dos estados menos desenvolvidos acaba perdendo efeito prático. Outro ponto destacado por Appy é que o FNDR poderá alcançar atividades que hoje não são contempladas pelos benefícios fiscais. Ele usou como exemplo o incentivo ao setor de serviços, “algo que não é possível fazer hoje no âmbito do ICMS”. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alckmin defende reforma ministerial e diz ser a favor de maior presença de PP e Republicanos no governo

Poder Executivo | 31/08/2023 – 12h32min

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), defendeu a participação do Republicanos e do PP no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo ele, a reforma ministerial é importante para

manter a governabilidade. As declarações foram feitas na quinta-feira (31), durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Sou favorável a que tanto o Republicanos quanto o PP participem mais efetivamente no governo, acho que é importante, temos no Brasil temos um quadro muito fragmentado”, afirmou Alckmin. Segundo o vice-presidente, é Lula é quem define as mudanças no ministério. “O presidente Lula sabe a hora e a maneira de formatar essa boa frente para a governabilidade em torno do projeto, da proposta”, destacou. A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, também participou do evento e negou que saiba de qualquer mudança na pasta que chefia. “Em nenhum momento, ninguém do centro do governo me abordou sobre qualquer mudança no MCTI”, ressaltou. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Aras indica novo vice-procurador da República

Poder Executivo | 30/08/2023 – 23h05min

O procurador-geral da República, Augusto Aras, anunciou a escolha de Luiz Augusto Santos Lima como novo vice-procurador-geral, substituindo Lindôra Araújo, afastada do cargo por motivos de saúde. Essa mudança ocorre em meio ao final do mandato de Aras, que deixará o comando da PGR em setembro. Por outro lado, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) definiu uma lista tríplice para ser enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva como sugestão para o cargo de procurador-geral. A subprocuradora Luiza Frischeisen obteve o maior número de votos, seguida por Mário Bonsaglia e José Adonis Callou. Apesar disso, não há indicações de que o presidente Lula seguirá as recomendações da ANPR ou possa optar por indicar Aras para mais dois anos de mandato. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Padovani é eleito presidente da Comissão de Integração Nacional

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 19h47min

O deputado Padovani (União-PR), foi eleito por unanimidade como presidente da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. Em seu discurso, ele ressaltou a importância de discutir questões relacionadas à infraestrutura, como transporte fluvial, rodovias e ferrovias, além de geopolítica e defesa civil. Padovani também destacou a necessidade de acompanhar a imigração de venezuelanos para o Brasil. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Alckmin anuncia programa de R\$ 66 bilhões de investimentos em inovação

Poder Executivo | 31/08/2023 – 11h48min

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, anunciou um plano de investimentos até 2026 de R\$ 66 bilhões para inovação na indústria. Alckmin estava ao lado de Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação. O anúncio foi feito na quinta-feira (31) na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e faz parte das missões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), colegiado vinculado à Presidência da República responsável por debater e elaborar a nova política industrial brasileira. Serão R\$ 41 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Finep, Agência financiadora de Estudos e Projetos ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Os valores serão emprestados aplicando-se a taxa referencial, que gira em torno de 2%, somada à taxa de administração (spread), de 2% ao ano. “É o menor juro da história. Juro nominal de 4%”, afirmou Alckmin. Os R\$ 26 bilhões restantes serão repassados por meio do Fundo

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de parcelas do Fundo Clima, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, entre outros fundos. Ao todo, R\$ 16 bilhões serão não reembolsáveis e já estão previstos no orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Plano Plurianual chega ao Congresso e deve ser votado até o fim do ano

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 20h50min

O projeto do Plano Plurianual 2024-2027 chegou ao Congresso Nacional na quarta-feira, dia 30. Elaborado pelo presidente Lula e entregue ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o texto traz ações do governo para o próximo quadriênio. Uma novidade desta edição é a participação popular, com o chamado PPA participativo, que antes era restrito a alguns municípios. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado aprova voto de desempate em favor do governo nos processos do Carf

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 20h44min

O Senado aprovou um projeto de lei que dá ao governo o direito de ter o voto de desempate favorável nos processos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Anteriormente, uma lei de 2020 favorecia os contribuintes nessas questões. O relator do projeto, senador Otto Alencar, explicou que a decisão do Carf poderá ser questionada no Judiciário, mas destacou que a medida trará benefícios como a redução de multas e juros, além do pagamento com precatório ou créditos tributários. Por outro lado, o senador Oriovisto Guimarães questionou a expectativa de entrada de R\$ 59 bilhões nos cofres públicos com essa medida, considerando-a como uma forma de arrecadação. O projeto agora aguarda a sanção presidencial. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Central registra déficit primário de R\$ 35,93 bilhões em julho

Poder Executivo | 30/08/2023 – 19h18min

O Governo Central — Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central — registrou déficit primário de R\$ 35,93 bilhões em julho e de R\$ 78,24 bilhões no acumulado dos sete primeiros meses de 2023. Os dados são do relatório do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) de julho de 2023, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na tarde de quarta-feira (30/8) em entrevista coletiva realizada em Brasília. Em 2022, o Governo Central havia registrado superávits de R\$ 18,94 bilhões em julho e de R\$ 73,24 bilhões no acumulado dos sete primeiros meses. O resultado de julho se explica pela queda na receita líquida de 1,5% e aumento da despesa total em 36,5%, na comparação com julho do ano passado, explicou o subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, David Athayde. Em relação ao acumulado do ano (na comparação com igual período de 2022), o subsecretário informou que o resultado reflete queda de 1,1% na receita líquida e aumento de 13,5% na despesa total. Tais percentuais de comparação consideram termos reais, ou seja, valores corrigidos pela inflação. Considerando somente o mês de julho, o déficit de R\$ 35,93 bilhões reflete diferença entre receita líquida de R\$ 160,35 bilhões e despesa total de R\$ 196,28 bilhões no período. Já em relação aos sete primeiros meses de 2023, o déficit de R\$ 78,24 bilhões resulta da diferença entre R\$ 1,09 trilhão de receita líquida e R\$ 1,16 trilhão de despesa total. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Municípios querem antecipar pagamento de compensação do ICMS

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 18h57min

O deputado Zeca Dirceu, líder do PT na Câmara, anunciou que os municípios solicitaram a antecipação do calendário de pagamentos da compensação pela perda de ICMS em 2022. Zeca é relator do PLP 136/2023, que trata do acordo entre a União e os Estados para compensar as perdas causadas pela desoneração de combustíveis no governo de Jair Bolsonaro. Ele se reuniu com representantes da FPA e da Associação Brasileira de Municípios e o pedido de urgência para o projeto entrou na pauta da Câmara. O acordo prevê uma compensação de R\$26,9 bilhões da União para os Estados até 2026, e os municípios têm direito a uma parte desse montante, aproximadamente R\$ 6 bilhões. Zeca afirmou que vai negociar a viabilidade do pedido com o governo e com os líderes partidários, e pretende apresentar um relatório na próxima semana. O deputado negou que a pressa esteja relacionada ao impasse para incluir benefícios aos municípios no projeto da desoneração da folha de pagamentos, mas sim à difícil situação enfrentada pelas cidades com a queda na arrecadação. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Toffoli pede vista e julgamento sobre tributação de incentivo fiscal a exportações é suspenso

Poder Executivo | 31/08/2023 – 14h36min

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista no julgamento que discute a exclusão do crédito presumido de IPI, decorrente de exportações, da base de cálculo do PIS e da Cofins. O ministro tem até 90 dias para devolver o processo. A análise era realizada no plenário virtual que começou na última sexta-feira, 25. Há 3 votos contra a tributação do crédito. No entendimento do relator, Luís Roberto Barroso, os créditos não se enquadram no conceito de faturamento, pois se tratam de incentivo fiscal concedido pelo Estado com o objetivo de desonerar exportações. Nesse sentido, tributar os créditos seria equivalente a onerar o próprio benefício concedido pelo ente público. Ele foi seguido pelos ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes. O crédito presumido de IPI é resultado do ressarcimento do PIS/Cofins pago na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de produtos destinados à exportação. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEIO AMBIENTE

Com regras, Brasil pode ser protagonista em créditos de carbono

Mercado | 31/08/2023 – 06h01min

A proposta de um marco legal para créditos de carbono pode colaborar para o protagonismo do Brasil no mercado mundial regulado, com vantagens como maior potencial global de soluções baseadas na natureza. A medida também reduz o impacto do limite aduaneiro de carbono criado pela União Europeia (CBAM, em inglês), a ser implementado gradualmente a partir de outubro com possibilidade de sobretaxar a exportação de produtos brasileiros para a região. A organização do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) foi discutida com dez ministérios e define um sistema com limites de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para entidades reguladas, a partir dos quais são emitidas licenças ou cotas a serem comercializadas (cap and trade). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Governo confirma envio de proposta de Orçamento com salário mínimo de R\$ 1.421

Poder Executivo | 31/08/2023 – 15h26min

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê que o salário mínimo alcance R\$ 1.421 no ano que vem. O valor, antecipado pela Folha, foi indicado na proposta de Orçamento de 2024, que será enviada ainda na quinta-feira (31) ao Congresso Nacional. O dado foi confirmado pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) em pronunciamento a jornalistas sobre a peça orçamentária. A cifra segue a fórmula de correção da política de valorização proposta pelo Executivo, que inclui reajuste pela inflação de 12 meses até novembro do ano anterior, mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2022). A nova política foi aprovada pelo Legislativo e sancionada na segunda-feira (28) por Lula, simbolizando a retomada da fórmula que já havia vigorado em gestões anteriores do PT. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministra do Planejamento pede ao Congresso que aprove despesas condicionadas no Orçamento de 2024

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 18h50min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, solicitou ao Congresso a aprovação de despesas condicionadas no Orçamento de 2024. Ela explicou que, após atender às despesas discricionárias praticamente obrigatórias, restam apenas R\$ 55 bilhões para gastos diversos, incluindo R\$ 32 bilhões em despesas condicionadas à variação da inflação estimada para o ano. Entre as despesas obrigatórias estão os pisos da Educação e da Saúde, o novo piso para investimentos, as emendas impositivas e repasses para o Censo e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente. Durante uma audiência pública para discutir o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, a ministra ressaltou a importância de projetar as despesas desde o início do ano, levando em consideração as projeções do mercado, Banco Central e Ministério da Fazenda. Ela também mencionou a meta de déficit zero para 2024, que dependerá das receitas em discussão no Congresso e na Justiça. Por outro lado, o governo está avaliando o custo-benefício dos gastos atuais e pretende revisar a quantidade de ações orçamentárias. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Simone Tebet diz que será mantida meta de déficit zero no Orçamento de 2024

Poder Executivo | 30/08/2023 – 18h06min

Durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o projeto de lei do Orçamento para 2024 [que será enviado na quinta-feira, 31, ao Congresso Nacional, último dia para a entrega da proposta] manterá a meta de déficit zero para o ano que vem. Para isso, segundo ela, o Ministério da Fazenda indicou receitas que ainda estão em discussão no Congresso ou na Justiça. Tebet voltou a pedir ao Congresso que aprove a modificação enviada ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN 4/2023). A mudança permitirá que o Orçamento de 2024 possa tramitar com R\$ 32 bilhões de despesas condicionadas à efetiva variação da inflação em 2023. Essa alteração, de forma permanente, estava no arcabouço fiscal aprovado no Senado. Mas a Câmara votou por discutir a regra anualmente. A audiência de quarta-feira (30) discute o projeto da LDO de 2024, lei que determina as regras para a elaboração do Orçamento da União do próximo exercício. Fonte: Canal Rural

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Governo Lula escanteia PDT e PSB ao negociar reforma ministerial com Centrão, diz André Figueiredo

Poder Executivo | 31/08/2023 – 14h55min

O deputado André Figueiredo (CE) afirmou, em entrevista ao Estadão/Broadcast, que seu partido, o PDT, e o PSB, do vice-presidente Geraldo Alckmin, se sentem “escanteados” na negociações da reforma ministerial do governo Lula com o Centrão. Figueiredo é líder do maior bloco da Câmara, que reúne 174 deputados dos partidos União Brasil, PP, PSDB, Cidadania, PSB, Avante, Solidariedade, Patriota e PDT, além de ocupar a liderança de seu partido na Casa. “Nós nos sentimos escanteados. A questão é, na prática, o que está acontecendo é pouca visão que está tendo em cima de aliados históricos, talvez por contabilizar como certo esses votos que nós temos na Câmara. Mas não é bem assim, nós temos divergências pontuais com o governo”, afirmou Figueiredo (assista a entrevista na íntegra) . Segundo ele, é legítimo que o governo destine espaços ao Centrão no primeiro escalão, mas afirmou que, nesse processo, o governo esquece os “aliados históricos”. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula: desoneração tira receita dos municípios e precisa levar em conta governo e trabalhadores

Poder Executivo | 31/08/2023 – 14h25min

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ligou, na quinta-feira (31), a desoneração da folha de pagamento, cuja prorrogação foi aprovada pela Câmara na quarta-feira, 30, à perda de receita pelos municípios. Ele deu a declaração em discurso em Teresina (PI), em ato de divulgação do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Cada vez que desonera, que o governo federal perde receita, no fundo no fundo quem perde receita é o município, que recebe o Fundo de Participação dos Municípios e que o dinheiro não vai para eles”, disse o presidente da República. Segundo Lula, nesse tipo de discussão é necessário ouvir o governo federal e os trabalhadores, além dos empresários. “Eu lembro que no governo Dilma, de janeiro de 2011 até 2015 a gente desonerou R\$ 540 bilhões. E isso sem contrapartida. Significa que, não colocando os trabalhadores para negociar, só um lado ganha. E nós queremos que os dois lados ganhem”, afirmou o presidente. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Indefinição sobre reforma ministerial deve afetar agenda de Haddad no Congresso, dizem analistas

Poder Executivo | 31/08/2023 – 11h40min

As idas e vindas nas negociações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com lideranças do chamado “centrão” para acomodar representantes do Progressistas e do Republicanos na Esplanada dos Ministérios em troca de apoio parlamentar devem influenciar no andamento da agenda econômica do governo no Congresso Nacional, segundo analistas políticos. É o que mostra a 48ª edição do Barômetro do Poder, levantamento feito mensalmente pelo InfoMoney com consultorias e analistas independentes sobre alguns dos principais temas em discussão na política nacional. Segundo o estudo, realizado entre os dias 22 e 25 de agosto, 54% dos entrevistados consideram elevados os impactos do atraso na definição da reforma ministerial sobre a tramitação de assuntos de interesse do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que tem buscado medidas de impacto fiscal para cumprir a promessa de zerar o déficit primário e 2024. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arcabouço fiscal passa a valer

Poder Executivo | 31/08/2023

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o novo arcabouço fiscal que substituirá o antigo teto de gastos, com dois vetos, conforme lei publicada no Diário Oficial da União (DOU) de quinta-feira (31). Pela nova regra, as despesas serão limitadas a 70% do crescimento real das receitas em 12 meses até junho do ano anterior, com piso de 0,6% e teto de 2,5%. “Fica instituído regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico”, diz a ementa da Lei Complementar 200, de 30 de agosto de 2023. O presidente vetou o trecho que estabelecia que, na hipótese de limitação de empenho e pagamento prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de investimentos, no âmbito do Poder Executivo federal, poderiam ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula avalia criação do 39º ministério para acomodar o Centrão sem fazer demissões

Poder Executivo | 31/08/2023 – 00h05min

Após anunciar a criação do Ministério da Média e Pequena Empresa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avalia criar mais uma pasta para abrir espaço para a entrada do Centrão em seu governo. A ideia é dividir o Ministério do Desenvolvimento Social, hoje ocupado pelo ministro Wellington Dias, e entregar uma das partes ao PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL). Com isso, Lula terá 39 ministérios, igualando-se ao governo de Dilma Rousseff, e não precisará demitir nenhum dos atuais integrantes do primeiro escalão para acomodar os novos aliados. Pelo desenho discutido na quarta-feira (30) no Palácio do Planalto, o Republicanos, o outro partido que negocia sua adesão ao governo, ficará com o Ministério de Portos e Aeroportos. O indicado pela legenda é o deputado Silvio Costa Filho (PE). O anúncio da conclusão da reforma ministerial, que se arrasta há quase dois meses, deve ocorrer apenas na semana que vem. De acordo com auxiliares do presidente, embora esteja praticamente definido que o Ministério do Desenvolvimento Social será fatiado, ainda falta acertar detalhes como os nomes de cada pasta e as estruturas que cada uma carregará.

Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado aprova mudança de regras do Carf em favor do governo. Texto vai à sanção

Poder Legislativo | 30/08/2023 – 20h12min

O plenário do Senado Federal aprovou na quarta-feira (30) o chamado PL do Carf, que muda as regras do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) para favorecer o governo federal. O texto é uma das medidas desenhadas pelo Ministério da Fazenda para ampliar as receitas do governo. O Carf é um conselho que avalia recursos de grandes contribuintes – empresas, por exemplo – a respeito de questões tributárias envolvendo a Receita Federal. O projeto aprovado no Senado retoma o chamado voto de qualidade: como os recursos são analisados por uma turma de oito votos no Carf, é comum que haja empate. Com a regra do voto de qualidade, os casos empatados são decididos em favor do governo federal. O voto de qualidade foi derrubado durante o governo Bolsonaro. De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a aprovação do projeto deve aumentar a arrecadação federal de 2023 em R\$ 54 bilhões. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Minirreforma eleitoral será apresentada dia 6 de setembro na Câmara

Poder Executivo | 30/08/2023 – 16h00min

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados responsável por propor mudanças na legislação eleitoral irá apresentar e votar o parecer da minirreforma eleitoral na próxima quarta-feira. Para que as alterações sejam válidas nas eleições municipais de 2024, a minirreforma precisa ser sancionada até 5 de outubro. Após ser aprovado pelo grupo de trabalho, o projeto ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado. Durante uma audiência pública realizada na quarta-feira (30), o relator da minirreforma, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), explicou que o objetivo do projeto é realizar ajustes na legislação eleitoral para aprimorar o processo. O parlamentar afirmou que temas mais complexos, que não tenham consenso, não farão parte de seu parecer. No entanto, assuntos como federação partidária, propaganda eleitoral, prestação de contas eleitorais, inelegibilidade, financiamento de campanhas e violência política contra mulheres deverão ser tratados. Por outro lado, questões relacionadas ao Fundo Eleitoral e à cota de 30% do fundo destinada às candidatas mulheres não serão abordadas pela minirreforma, segundo a coordenadora do grupo de trabalho, deputada Dani Cunha (União-RJ). A deputada garantiu que não haverá discussão ou alteração nesse sentido.

Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom cria grupo de trabalho para implementação da Rede Móvel Privativa da Administração Pública

Poder Executivo | 30/08/2023

Na terça-feira (29), o Ministério das Comunicações (MCom) criou um Grupo de Trabalho, com a participação de órgãos de governo, para discutir a implantação da Rede Móvel Privativa da Administração Pública. A primeira reunião tratou do início da implementação da rede, que se dará no Distrito Federal. Posteriormente, o projeto será expandido para todo o Brasil. "Com o Leilão do 5G, foi previsto R\$ 1 bilhão para custear a construção da infraestrutura da rede privativa. Queremos dotar o Estado com o que há de mais moderno em termos de Rede de Missão Crítica. O Distrito Federal será o nosso laboratório para a rede móvel, será nosso projeto piloto. Sendo bem-sucedidos, queremos expandir essa rede móvel para todo o Brasil", destacou o secretário de Telecomunicações do MCom, Maximiliano Martinhão. Participam do Grupo de Trabalho representantes do MCom, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz (EAF), da Telebras, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Exército Brasileiro. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Tarcísio recebe Boris Johnson e discute parcerias entre Brasil e Reino Unido

Poder Executivo | 31/08/2023 – 09h57min

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), recebeu na quinta-feira (31), no Palácio dos Bandeirantes, o ex-premiê conservador do Reino Unido Boris Johnson, que renunciou ao cargo no ano passado depois de escândalos agravados por violações de regras durante lockdown na pandemia. Os políticos conversaram durante 50 minutos sobre investimentos e acordos bilaterais entre os países. "Falamos do nosso potencial industrial, falamos de Embraer e falamos sobre como alargar o comércio Brasil-Reino Unido", disse Tarcísio. A reunião, segundo o governador, ainda abordou assuntos relacionados à transição energética, incluindo o consumo do hidrogênio verde e do biometano. Tarcísio enalteceu a visita do ex-premiê e disse que o mundo precisa de "parceiros confiáveis" após a Guerra da Ucrânia, em curso no Leste Europeu há 18 meses. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

Brasil e Paraguai discutem cooperação científica em tecnologias digitais

Poder Executivo | 31/08/2023 – 09h57min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, recebeu, na quarta-feira (30), o ministro das Tecnologias da Informação e Comunicação do Paraguai, Gustavo Villate, para tratar de parcerias científicas em saúde e tecnologias digitais. No encontro, a ministra lembrou que o presidente Lula busca reinserir o Brasil no contexto mundial e fortalecer a integração regional, além de conferir à cooperação científica e tecnológica status especial dentro da política externa do seu governo. “O Paraguai tem muita convergência com nossa agenda, temos desafios em comum”, pontuou a ministra. Um dos pontos de possível cooperação destacado pela ministra foi na área de capacitação digital, dentro das ações da E-Digital. “Há um grande déficit de profissionais da área de TICs – estima-se que até 2025, no Brasil, o déficit será de mais de 500 mil. Quando atuamos juntos, é uma situação de ganha-ganha”, afirmou. Já o ministro Gustavo Villate enfatizou que, além da capacitação digital, outras áreas de interesse com Brasil incluem, por exemplo, a saúde, com uso de telemedicina, e a computação quântica. “Queremos ver como podemos trabalhar em conjunto e aprender com a experiência de vocês”, comentou o ministro. “Vamos fazer um plano de trabalho conjunto com resultados para ambos os lados”, concluiu. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil e Japão discutem ampliação de comércio e investimentos bilaterais

Poder Executivo | 30/08/2023 – 19h04min

A ampliação dos laços econômicos entre Brasil e Japão esteve no centro das conversas entre o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, e o governador da Província japonesa de Aichi, Ohmura Hideaki, na terça-feira (29/8). Participaram do encontro o embaixador do Japão no Brasil, Hayashi Teiji, o secretário Wallace Moreira, do MDIC, e o diretor do Departamento de Japão e Coreia do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Elias. A região da província de Aichi destaca-se pelos setores automotivo, inovação tecnológica, diversidade industrial e pela forte presença nas relações comerciais globais. Existem mais de 50 empresas da província operando no Brasil, entre elas a Toyota. Elias Rosa falou sobre o projeto brasileiro de neointustrialização com sustentabilidade, previsibilidade e segurança jurídica para investidores. Segundo o secretário, há espaço para crescimento da relação bilateral com o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo em infraestrutura. Também destacou a aprovação da nova regra fiscal, a simplificação do recolhimento de impostos e a desoneração de exportações e investimentos. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br